

## **TERMO DE REFERÊNCIA 004/2018**

### **Projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”**

#### **1 - Vagas:**

Contratação de 01 consultor especialista na área de MELIPONICULTURA e FLORA APÍCOLA para participar de ações voltadas para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Andirá-Marau (AM/PA), da etnia Sateré-Mawé.

#### **2 - Contextualização da Instituição**

O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas. É constituído por profissionais com formação e experiência no trabalho com povos indígenas. Tem como marca de sua identidade a atuação direta em Terras Indígenas por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.

O CTI atua em Terras Indígenas inseridas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui as seguintes grandes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

#### **3 - O projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”**

O Objetivo geral do projeto é promover a gestão territorial e ambiental sustentável em Terras Indígenas (TIs), contribuindo para a redução do desmatamento, por meio da: (i) implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas, e do PGTA das TIs Krikati e Governador, no Estado do Maranhão; e (ii) elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau, nos Estados do Pará e do Amazonas, e do PGTA da TI Nova Jacundá, no Estado do Pará, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O Projeto se dá no âmbito do apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES.

#### **4 - Contexto da elaboração do “Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau”**

A elaboração do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Andirá-Marau busca dar continuidade ao processo de autodeterminação e independência econômica do povo Sateré-Mawé.

O objetivo deste projeto é realizar o etnomapeamento das micro-bacias-hidrográficas (Baixo, Médio e Alto rio Andirá; Baixo, Médio e Alto rio Marau; Urupadi; Manjuru; Miriti; Waicurapá) que compõem a TI Andirá-Marau, subsidiando as discussões com os Sateré-Mawé e buscando soluções de gestão ambiental e territorial para as pressões ambientais e fundiárias deste território.

A TI Andirá-Marau, segundo informações do CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – tem em torno de 100 aldeias, com população de 13.350 habitantes (07/2014) tendo sido homologada em 1984, com 788.528 há, situada nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM/PA), com áreas de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia (11%) e com a Floresta Nacional do Pau-Rosa (3%).

Até as primeiras décadas do século XX, os Sateré-Mawé escolhiam lugares preferencialmente nas regiões centrais da mata, próximos às nascentes dos rios, para implantarem seus sítios de família extensa. Nestas regiões, os mais velhos contam que a caça era abundante, encontravam grande quantidade de “filhos de guaraná” (*Paullinia cupana* variedade *sorbillis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha, bacaba, além do mel e da castanha, que constituía sua dieta alimentar. Atualmente, na porção sul da TI Andirá-Marau ainda há áreas preservadas de floresta ombrófila densa essenciais à reprodução de sua vida tradicional.

A proliferação de aldeias às margens dos rios Marau e Andirá vem ocorrendo desde a metade do século XX, e deve-se às interferências das missões religiosas, do extinto SPI – Serviço de Proteção ao Índio, da Funai, dos regatões, das sucessivas epidemias, e mais recentemente dos partidos políticos e dos programas governamentais. Estes fatores levaram os Sateré-Mawé para a beira dos rios, mais próximos do transporte para as cidades de Maués, Barreirinha e Parintins.

Paralelamente a este deslocamento do padrão de ocupação territorial tradicional, nos últimos 30 anos a população da TI Andirá-Marau triplicou. Este sensível crescimento demográfico foi responsável por desmatamentos, devido à abertura de aldeias e roças, ocasionando pressão sobre os estoques de caça e pesca, trazendo preocupação com relação à segurança alimentar das famílias que dependem da conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Além da problemática do desmatamento, a face nordeste da TI Andirá-Marau vem sofrendo pressões devido à expansão de frentes agropastoris, com a instalação de serrarias ilegais e a extração de madeira. Os tuxauas Sateré-Mawé (chefes políticos) atentos às pressões fundiárias na bacia do rio Tapajós, estão mobilizados em verificar a situação das fronteiras durante as expedições para elaboração do PGTA, principalmente na porção sul do território, área de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Pau-Rosa.

Outro eixo a ser trabalhado pelo projeto relaciona-se com a produção do waraná (*guaraná – Paullinia cupana variedade sorbillis*), sendo necessário avaliar a necessidade de expansão e limpeza dos guaranazias, debatendo o manejo sustentável dessa espécie, bem como os cuidados para a permanência dos “filhos de guaraná” nas matas altas deste território. Os Sateré-Mawé se auto identificam como filhos do waraná, e reiteram este mito de origem no ritual do *çapó* (bebida cotidiana e cerimonial).

Entre os produtos que comercializam o waraná alcança o melhor preço no mercado internacional no nicho do “comércio justo e solidário”, que vem sendo administrado pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé – CPSM, braço econômico do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM, organizado desde 2008, tendo seu estatuto registrado em cartório em 21/08/2013. O CPSM constitui-se em motivo de orgulho para seu povo por ser a primeira organização indígena brasileira que beneficia seus produtos<sup>1</sup> em unidade produtiva própria, exportando-os via SISCOMEX.

Por iniciativa do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé – CPSM foi oferecido curso de meliponicultura para os produtores Sateré-Mawé em 2010, com intuito de fortalecer a cadeia produtiva do waraná. O curso ministrado pelo técnico de meliponicultura Jonilson Laray apresentou o passo a passo para criar abelhas sem ferrão em caixas, colher o mel e o pólen com vistas a melhoria da alimentação e fonte de renda para as famílias. Em 2013, o

---

<sup>1</sup> Waraná (*Paullinia cupana variedade sorbillis*), andiroba (*Carapa Guianensis*), copaiba (*Copaifera sp.*), unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), urucum (*Bixa orellana*).

CPSM lançou o “Protocolo de produção de mel, pólen e própolis da abelha indígena sem ferrão”<sup>2</sup> consolidando padrões de produção para estes produtos, necessários para certificação e comercialização como produtos orgânicos. Atualmente, pode-se adquirir mel, própolis e pólen no CPSM.

Neste contexto observa-se a importância crescente da meliponicultura na produção do waraná devido a participação de várias espécies de abelhas na polinização dos arbustos de waraná, conforme levantado em pesquisa,

*Gondim (1978) coletou trinta e duas espécies de insetos de cinco ordens diferentes no guaranazeiro. Os Hymenopteras representaram 71% dos indivíduos, com 27 espécies de abelha visitando as flores. O autor sugere que a síndrome geral de polinização do guaranazeiro está adaptada aos Hymenoptera e que as espécies Melipona seminigra, Xylocopa muscaria e Apis mellifera estão entre os mais importantes polinizadores, sendo os outros apenas ocasionais.*<sup>3</sup>

## **5. Objetivos da consultoria**

Realizar etnomapeamento da produção de mel juntamente com os produtores Sateré-Mawé, e avaliar as possibilidades de aumento da produção do waraná caso ocorra expansão da meliponicultura em áreas de guaranazais, incentivando esta atividade na TI Andirá-Marau.

## **6. Atividades para elaboração do PGTA**

São previstos dois anos de trabalho para realização das atividades do projeto, registradas no quadro seguinte.

---

<sup>2</sup> “Protocolo de produção de mel, pólen e própolis da abelha indígena sem ferrão” – Protocolo da Abelha Canuto do CPSM, editado pelo instituto de Cooperação Economica Internacional, técnico de meliponicultura Jonilson Laray.

<sup>3</sup> “Domesticação e Melhoramento Genético do Guaranazeiro” - André Luiz Atroch, Firmino José do Nascimento Filho, Paula Cristina da Silva Ângelo, Danival Vieira de Freitas, Nelcimar Reis de Sousa, Charles R. Clement.

Atividade	Período previsto
1. Dois (02) cursos de formação de agentes ambientais indígenas, um no rio Andirá e outro no rio Marau.	20 dias
2. Dez (10) expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias).	Cada expedição varia de 15 a 30 dias
3. Oficinas de trabalho para apresentação dos dados cartográficos para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental, realizada nos mesmos locais onde ocorreram os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas.	20 dias
4. Reuniões devolutivas para discussão dos indicadores de gestão ambiental e territorial da TI Andirá-Marau, nas sete (07) aldeias onde foram realizadas as reuniões de mobilização.	40 dias
5. Seminário para validação do PGTA na Assembleia do CGTSM.	03 dias
6. Edição final do caderno de mapas e do documento do PGTA.	60 dias

A participação do especialista de Meliponicultura se dá nas seguintes atividades:

- Nos dois (02) cursos de formação dos agentes ambientais indígenas \*, conjuntamente com a antropóloga especialista nos Sateré-Mawé, um especialista em vegetação, um especialista em fauna, um ictiólogo e um especialista em manejo de fogo.
- Nas expedições de etnomapeamento das micro-bacias conjuntamente com os agentes ambientais indígenas, com os especialistas da equipe técnica do projeto,

com os agricultores e caçadores Sateré-Mawé de cada uma das regiões nos rios Andirá, Uaicurapá, Marau, Miriti, Urupadi e Manjuru. O nº de expedições que o especialista de meliponicultura deverá participar varia de 02 a 03 expedições.

- Nas duas (02) oficinas de trabalho para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental.

\* Os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas já estão confirmados nos períodos de 02 a 08/04/2018 no rio Marau, e 23 a 29/04/2018 no rio Andirá.

## **7 – Atividades gerais a serem desenvolvidas**

- Preparar e acompanhar a realização de atividades de formação de agentes ambientais indígenas;
- Assessorar e acompanhar os agentes ambientais indígenas na realização de expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias);
- Assessorar os agentes ambientais indígenas em oficinas de trabalho para a sistematização de informações georeferenciadas;
- Elaborar relatórios técnicos narrativos das atividades;
- Auxiliar a elaboração final do PGTA, propondo diretrizes e recomendações para a gestão territorial e Etnozoneamento.

Todas as atividades do consultor passam pela preparação de material específico para a atividade em questão, sistematização dos dados de campo, acompanhamento do trabalho de cartografia; elaboração de relatório aprofundado das atividades, e reuniões com a equipe técnica do projeto (presenciais ou via Skype).

## **8 – Atividades específicas a serem desenvolvidas**

- Realizar o levantamento de dados do potencial produtivo de mel de abelha para comercialização;
- Propor metodologia para o diagnóstico participativo da Fauna e Flora apícola, incluindo os atributos ecológicos a serem levantados e as ferramentas aplicadas

(questionários, etnomapeamento, etnozoneamento, entrevistas, chaves e sistemas de identificação/classificação);

- Identificar e mapear as espécies da flora com importância apícola;
- Identificar e mapear áreas de importância para a produção sustentável da atividade apícola;
- Realizar levantamentos de dados secundários/bibliográficos de pesquisas e da caracterização da flora apícola regional, contemplando, também, os aspectos ecológicos da paisagem na importância das espécies da flora pelos diferentes grupos de abelhas melíferas;
- A partir conhecimento obtido no diagnóstico participativo e nas expedições de etnomapeamento elaborar relatório técnico síntese do levantamento do potencial produtivo da meliponicultura e da flora apícola.

## **9 - Qualificações e habilidades**

- Formação em nível superior na área biológica, ciências agrárias ou ambiental;
- Conhecimento dos aspectos teóricos da Etnobiologia/Etnoecologia;
- Experiência com Projetos de Meliponicultura e cadeia produtiva;
- Experiência de trabalho com povos indígenas e/ou populações tradicionais;
- Experiência em ferramentas de Diagnósticos Participativos e Etnomapeamento;
- Experiência em projetos de conservação ambiental e atividades socioeconômicas;
- Bom conhecimento em legislação ambiental e indigenista;
- Capacidade didática para formação de agentes ambientais indígenas;
- Boa capacidade de trabalho em equipe;
- Boa capacidade de escrita e expressão oral;
- Desejável possuir conhecimentos básicos em aplicativos de processamento de texto e planilhas;
- Uso avançado de GPS;
- Disponibilidade para permanecer por longos períodos em viagens de campo na Terra Indígena Andirá-Marau (municípios de Maués, Parintins, Barreirinha, Itaituba e Aveiro).
- Disponibilidade para contratação imediata.

## 10 - Qualificações desejáveis

- Experiência de trabalho na região do Médio Amazonas.

## 11 – Remuneração e Desembolso

Será feito um contrato com o consultor por atividade desenvolvida. A remuneração será realizada por atividade, mediante apresentação de nota fiscal válida.

Estimou-se valores diferenciados para as etapas da consultoria considerando que as atividades de campo (cursos de formação, expedições e oficinas de trabalhos) demandam períodos diferenciados.

A remuneração por atividade inclui os seguintes produtos:

Produto	Porcentagem da remuneração
1) Plano de Trabalho contendo metodologia, cronograma e bibliografia preliminar.	20%
2) Relatório preliminar após cada atividade.	30%
3) Entrega e aprovação do relatório aprofundado.	50%

As despesas para a realização das atividades de campo serão custeadas pelo projeto.

## 12 - Procedimentos para candidatura

- Envio de currículo e carta de apresentação com breve descrição da trajetória profissional, motivações de candidatura a vaga e contato de duas pessoas que possam dar referências profissionais (máximo de 02 páginas).

- A documentação deve ser enviada para o e-mail [selecaocti@trabalhoindigenista.org.br](mailto:selecaocti@trabalhoindigenista.org.br) com o título TR 004/2018.

### 13 – Prazos do processo seletivo

<b>Atividade</b>	<b>Período/data</b>
Envio dos currículos e carta de apresentação	24/01 a 15/02/2018
Divulgação dos selecionados para entrevista (apenas as pessoas selecionadas serão contatadas, via e-mail)	19/02/2018
Período das entrevistas	19 a 23/02/2018
Divulgação do resultado final do processo seletivo	26/02/2018

As entrevistas serão realizadas em São Paulo (SP). No caso de impossibilidade de comparecimento, as entrevistas poderão ser realizadas via Skype, telefone ou meio de comunicação análogo, a critério do contratante.